



# Anais da Assembleia

Nº 23

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 1978.

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Gilberto Carvalho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Accioly Neto, Antônio Facci, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Werner Wanderer e Aragão de Mattos Leão (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na condição de líder do M.D.B. nesta Casa, e de conformidade com os dispositivos regimentais, procede, pelo presente, a INDICAÇÃO dos Srs. Deputados:

MUGGIATI FILHO  
NILSO SGUAREZI  
MAURÍCIO FRUET.

Na condição de titulares, e, WALDENÍCIO BARBALHO e JAYME RODRIGUES CARVALHO, como suplentes, para integrarem a Comissão Especial que elaborará parecer à Lei Complementar "Estatuto de Procuradoria Geral do Estado".

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1978.

(a) Enéas Faria.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao MINISTÉRIO DA FAZENDA, consubstanciado em apelo no sentido de que o Órgão Ministerial adote providências contra os abusos cometidos pelo PREFEITO DE MARINGÁ na taxação do Imposto Predial e Territorial Urbano para o

corrente exercício. Valendo-se da permissividade existente no tocante a reavaliação dos imóveis, diversos Chefes de Executivos Municipais têm cometido abusos. A atitude da Prefeitura de Maringá, atinge o absurdo ao proceder a taxaço do Imposto Predial e Territorial Urbano, de forma inflacionaríssima, discriminatória de descréitoriosa. Para os maringenses, o IPTU de 1978 em relação do ano passado, alcança uma escala imensa de valores que em quase todos os lançamentos, vai de 100 (cem) a 2.500% (dois mil e quinhentos por cento) de aumento, conforme atestam algumas fotocópias que anexamos.

Poder-se-ia com certeza conceder ao Prefeito João Paulino Vieira Filho, de Maringá, o título de "o inflacionário do ano". O que não se pode admitir é a passividade e a omissão dos Representantes do Povo perante os atos de desequilíbrio, lesivos, e de total irracionalidade do Poder Público para com a Economia Popular.

Como fator de Bem Estar Nacional, o Governo Federal busca com denodo o combate irreversível da inflação. E não tem alcançado os seus nobres objetivos, também, em razão da libertinagem com que agem entidades financeiras, empresas e órgãos públicos que fixam taxas, juros, multas e outros acréscimos arbitrários e extorsivos. Atuam graças a permissividade do Ministério da Fazenda.

Combater inflação de que maneira, se se permite a espoliação financeira de forma imoral e livremente?

Pode uma prefeitura aumentar os impostos em porcentagens que chegam a ultrapassar cinquenta vezes o índice de inflação da Nação?

No caso de Maringá, é claro que se trata, além de ofensa e desumanidade para com o povo, de autêntica perversão da filosofia econômica e financeira do Governo Central.

Enquanto a Cúpula Governamental hostiliza e procura combater a inflação pensando em vida melhor para todos, em diversos municípios, especialmente em Maringá, os senhores Prefeitos se harmonizam com o aumento desproporcional, e peleiam em prol do empobrecimento popular.

Permissividade, omissão, conivência e crime, tem distâncias muito curtas. Por isto, devemos cumprir a nossa parte no ritual de defesa do povo. O Ministério da Fazenda e outros órgãos do governo, que cumpram também as suas partes.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1978.

(a) Valter Pietrângelo.

O SR. PRESIDENTE — (**Ernesto Gnoato**) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Domício Scaramella, inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos um requerimento, nesta data, fazendo um apelo ao Sr. Secretário dos Transportes: "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de tomar providência para a conserva da estrada que liga a cidade de União da Vitória a Cruz Machado, em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1978."

Justificamos este pedido, tendo em vista o péssimo estado de conservação, já citado. Estrada que vinha sendo feita pela COPEL.

Aqui nós queremos fazer um apelo ao Sr. líder do Governo, que é da nossa região, para que junto ao DER, seja possível a conserva desta estrada, enquanto não está terminada a nova estrada que está sendo construída em União da Vitória a Cruz Machado.

Este requerimento, queremos esclarecer o seguinte:

Esta estrada esteve abandonada por muitos anos, e com a Usina de Foz do Areia, a COPEL reformou toda ela, e hoje, a COPEL já deixou de conservá-la. Está em péssimas condições. A nova estrada que está sendo construída demorará mais de um ano, e os usuários daquela estrada estão em dificuldades para efetuar seus transportes.

Então o apelo que faço, neste instante, ao Sr. líder do Governo, Deputado que também representa nossa região, para que, no mais breve possível, o DER continue aquela conserva.

Era o nosso requerimento, o nosso apelo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê): "Os períodos de crises revelam as falhas do sistema econômico que devem ser ajustadas pela sociedade se quiser trilhar o caminho do Desenvolvimento.

Uma dessas falhas é a Lei do crédito rural, que manda o produtor rural avalizar as Notas Promissórias Rurais resultantes das vendas de sua produção agrícola. O aval ou endosso torna o agricultor co-responsável por um desconto bancário que não o beneficia, porque o benefício do crédito evidentemente vai para a empresa que lhe comprou os cereais ou o gado.

Em meus giros pelo "hinterland" paranaense, tenho sentido queixas sem conta em relação às NPRs. Como pode o produtor vender sua safra e se tornar endossante ou avalista do título gerado pela operação, ficando responsável pelo pagamento ao banco se o eminente quer dizer, a empresa compradora, não liquidar o título no prazo certo?

Como mudar essa situação discriminatória e injusta contra o agricultor? Há muitas idéias. Uma delas, que trago como sugestão a esta Assembléia — para que seja enviada em forma de proposta ao Governo Federal — é de que a firma compradora passe a dar a garantia ao banco, e não o lavrador-vendedor. A empresa compradora deve dar seu estoque comprado em garantia ou penhor, deixando o produtor desonerado de qualquer responsabilidade, que nunca deveria ter sido sua.

Por que não buscar solução urgente para o problema do crédito rural? Neste momento queremos apelar ao Governo Federal para que se apresse em corrigir essa deficiência do Decreto-Lei 157, que consolidou a legislação do crédito rural. Criando a garantia direta da empresa compradora, com base em seu estoque comprado. Uma espécie de penhor de estoque ou semelhante. Mas, que tire dos ombros do produtor a carga das atuais NPRs.

Porque prejudica a produção do País. O agricultor precisa se ocupar de aumentar a sua produção e não de pagar dívida que não é sua, colaborando assim com o progresso e o desenvolvimento deste País.

Afinal, Senhores, além das geadas, do granizo e da seca, não precisamos arranjar outro adversário para o setor rural."

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora, Sr. Presidente, sábado passado tenha sido o dia 1º de abril, o dia consagrado para as mentiras, "A Folha de Londrina" não seguiu nenhum ritual e não mentiu quanto à postura do Prefeito de Icaraíma.

Encontra-se em nossas mãos, Sr. Presidente, exemplar daquele jornal, cuja manchete é a seguinte: "Um Ditador do Noroeste".

E diz o jornal, Sr. Presidente: "Em Icaraíma, noroeste do Paraná, a maioria dos Vereadores co-líderes e até vice-Prefeito, denunciam o Prefeito José Vicente da Silva, da Arena, de ser prepotente e malversador do dinheiro público e que levará o município à insolvência, caso não seja cassado.

O "Ditador", como o chamam, já ameaçou "dar um tiro no meio da testa" do Vereador que for contra seu regime e, no domingo passado, em companhia de dois irmãos seus, portando armas de fogo, ele perseguiu o vice-Prefeito, Onésimo de Assis, pela Avenida principal.

No seu absolutismo, interfere até no ensino estadual determinando quais os professores que devem receber aulas no Ginásio. A Prefeitura perdeu o crédito, não paga os servidores e está com o ICM empenhado até maio do próximo ano, pois José Vicente, em pouco mais de um ano, elevou a dívida municipal de 2,5 milhões de cruzeiros para nove milhões de cruzeiros. Apesar da má administração, ele já pensa em "fazer" sucessor o próprio secretário, Levi Alves Fernandes, cuja fotografia mandou colocar em repartições públicas e escolas. Sua mulher, que é estudante, levou zero em matemática, e por isso o Prefeito mandou demitir a professora."

Sr. Presidente, eu não tenho nada a ver com a briga da Arena, pelo contrário, esse Deputado que pertence ao Partido da Oposição, não fosse o amor que devota ao povo de Icaraíma, poderia estar até satisfeito por esta briga.

O jornal diz que a má administração do Prefeito, como de tantos Prefeitos do Paraná, dará a vitória ao Movimento Democrático Brasileiro, nas próximas eleições.

Diz o jornal, Sr. Presidente, horrores do Prefeito, sobre sua administração e brigas com os seus companheiros.

Repetimos, nada temos a ver com esta briga. O nosso interesse é o bem estar daquele povo.

E é neste sentido, Sr. Presidente, tendo em vista o que deu notícia o jornal "A Folha de Londrina", a nossa preocupação com aquela administração é que nós, acutelados, requeremos o seguinte: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, após ouvido o douto Plenário requer, seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, no sentido de fornecer a esta Casa as informações:

I) se houve convênio entre a Secretaria e a Prefeitura Municipal de Icaraíma, para a construção de Sub-Delegacia de Polícia no Distrito de Vila Rica do Ivaí;

II) em caso afirmativo, qual o montante da verba e quando foi destinada.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1978."

O segundo requerimento, Sr. Presidente, ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, com o seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que forneça a esta Casa os seguintes esclarecimentos:

I — se houve, entre aquela Secretaria e a Prefeitura Municipal de Icaraíma, convênio para a construção de Sub-Posto de Saúde no Distrito de Vila Rica do Ivaí;

II — em caso afirmativo, qual a Verba destinada e em que data foi remetida.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1978"

Assim, Sr. Presidente, porque estamos preocupados. O Prefeito é acusado de desvio de dinheiro público. Queremos saber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se houve convênio, se foi remetida a verba para a construção, tanto da Delegacia quanto do Posto de Saúde, em Vila Rica.

simo estado. A erosão está patente, dada a falta de administração daquele Prefeito, está para ruir, está para cair. Além disso, Sr. Presidente, consta — segundo denúncias do suplente de Vereador Luiz Meira, do MDB, e do Vereador Vanderlei Francisco, da ARENA — que ali não existem guardas para defenderem, para protegerem a população daquele município que conta com oito mil habitantes.

Consta que lá existem mais de quarenta "batepaus", a mando do Prefeito para, ao invés de porem ordem em Vila Rica só tumultuam.

O Posto de Saúde, Sr. Presidente, é outra nossa preocupação, porque consta que o Posto de Saúde, o sub-posto, em Vila Rica, já foi iniciado e, há cinco meses, está parado. A nossa preocupação é que o Sr. Prefeito Municipal tenha desviado aquela verba, pois que muitas vezes já foram desviadas por ele, e que tivemos conhecimento pelas denúncias dos Vereadores que nos procuraram, e pelo povo que falou conosco, particularmente, naquela cidade.

Consta também que os professores, nobres e dignos mestres, não recebem, há cerca de cinco meses, os seus vencimentos, estão trabalhando praticamente de graça para aquele Prefeito que só pensa em festejos e em desviar o dinheiro público.

Consta também, Sr. Presidente, a grave denúncia de que o Prefeito, há cerca de cinco meses, não paga nem os Vereadores. Por isso, a grande revolta de todos os Vereadores, tanto da ARENA quanto do MDB, contra o Prefeito Municipal.

Isso fica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além dos nossos requerimentos feitos, além de querermos tomar conhecimento dos fatos que ali ocorrem para tomarmos uma medida enérgica contra aquele Prefeito, que fique consignado nos Anais da Casa a péssima administração do Prefeito Municipal que esquece dos problemas do povo, por quem ele foi eleito.

Encaminhamos, Sr. Presidente, nossos requerimentos e a "Folha de Londrina", que acusa veementemente aquele Prefeito Municipal.

Erá só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) A Presidência tem a honra de anunciar a presença, nesta Casa, do Sr. Deputado Federal, Nelson Maculan.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, inscrito.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, no Pequeno Expediente, para registrar dois acontecimentos de grande interesse para nosso Estado e, um inclusive, de interesse nacional, com relação à pessoa do Dr. Honório Peterson Hungria que, por decreto de S. Ex<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República Ernesto Geisel, vem de ser reconduzido para uma das diretorias do Banco Nacional de Habitação, onde vinha exercendo, há aproximadamente quatro anos, a função de Diretor do Banco Nacional de Habitação, na Carteira de Programas Habitacionais daquele órgão.

Conhecemos o Dr. Honório Hungria, conhecemos o seu trabalho, conhecemos a sua dedicação, conhecemos também a sua inteligência, a sua capacidade de trabalho, queremos, nesta oportunidade, ressaltar e deixar registrado nesta Casa este ato de S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República, na recondução deste Professor e Engenheiro, Honório Hungria, na direção do Sistema de Cooperativa do Banco Nacional de Habitação.

E também queremos, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar um sonho que vem se tornar realidade. Eis que a firma Queiróz e Galvão, no dia de ontem, iniciou seus trabalhos com relação a construção da Rodovia 272, Campo Mourão-Goioerê. No dia de ontem, como disse, foram iniciados os trabalhos de um sonho; de um sonho merecido que Goioerê há muito esperava e há muito merecia.

Queremos, nesta oportunidade, registrar este fato com euforia e cumprimentar as autoridades municipais do Município de Goioerê, seu povo e sua gente, pelo início de tão sonhada obra. Quero agradecer a S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Ministro Dirceu Nogueira, que quantas e quantas vezes nos recebeu em seu gabinete, cordialmente, e hoje temos a oportunidade, desta tribuna, de agradecer tal início de obra tão sonhada.

Queremos agradecer também aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o trabalho que o Sr. Governador Jayme Canet Júnior desencadeou junto ao Governo Federal, para o aceleramento desta obra porque, seguidamente quando em despacho, presenciávamos nós, a pessoa do Sr. Governador do Estado, falando na nossa presença, o Sr. Ministro, o Sr. Diretor do DNER, conclamando e pedindo o início desta tão sonhada obra para o nosso Estado.

Também na pessoa do Dr. Osiris Stenghel Guimarães, que, da mesma forma, pediu, colaborou inclusive o Governo do Estado do Paraná com projeto desta obra, que seria assim o mais difícil, o mais demorado, em relação a elaboração deste projeto. Assim, vemos hoje Goioerê em festa. Já teve oportunidade a comunidade de presenciar o maquinário desta firma, que tiveram eles, os munícipes de Goioerê, a oportunidade de ver de perto o potencial que esta firma dispõe para execução desta obra.

Quero, neste momento, desta tribuna, cumprimentar Goioerê por mais esta conquista, por mais esta vitória.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste recinto do ex-Prefeito de Londrina, José Richa.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Os repetidos insucessos nas lavouras de trigo e o baixo preço de garantia, atualmente de Cr\$ 238,20 por saca, além das danosas ações do tempo, tudo levou inúmeros plantadores do cereal rei ao desestímulo, ao abandono ou a redução das áreas de plantio.

E sempre que se nos oferece uma oportunidade para tratar dos problemas da agricultura e da pecuária, nós o temos feito desta tribuna.

Na nossa condição de agricultor e associado a cooperativas, acrescida do fato de ser representante de áreas políticas voltadas em especial para as referidas atividades, faz com que tenhamos que nos dirigir aos órgãos responsáveis, fazendo-o em nome do elevado número de pessoas vinculadas a agro-pecuária e ao que tais produtos representam como cifras quer na arrecadação pelos cofres públicos, como pelas riquezas em giro, bem como pelas fortes divisas colhidas na exportação, ainda que os preços não sejam os desejados, ou os mais compensadores.

A verdade é que atendendo nossos apelos aqui desta tribuna e das solicitações das entidades de classe, as nossas autoridades num esforço digno dos melhores encômios decidiram que o plantador de trigo terá um empréstimo à razão de Cr\$ 450,00 por hectare para resgate a prazo maior que o costumeiro; além de haver prorrogado os vencimentos das obrigações bancárias para o pagamento de maquinárias e insumos empregados na lavoura tritícola, — dívida essa que seria paga com a própria produção se não fosse o insucesso ou frustração quase total.

A lavoura, Senhores Deputados, merece e precisa ser, entretanto, constantemente atendida, porque se de um lado necessitamos urgentemente de manter a exportação dos nossos produtos agrícolas para o equilíbrio da balança de pagamentos, de outro lado é preciso ter em mente o aumento cada dia maior da população de nossas cidades, a qual no ano de 1.980 poderá atingir a casa de oitenta milhões, ficando os quarenta e três

milhões na zona rural.

É pois, um grande mercado consumidor que teremos de atender e é preciso que sejam agilizadas as medidas das nossas autoridades para se evitar as importações de produtos agrícolas, como, em face das estiagens, que está ocorrendo.

Impõe-se, Senhores Deputados, a construção de frigoríficos, câmaras apropriadas, armazéns dotados de recursos técnicos, para que a nossa grande produção facilmente perecível possa ser armazenada, possa ser guardada para uma comercialização mais razoável de maneira a promover a compensação direta ao produtor, nosso irmão trabalhador sobre cujos ombros pesa a responsabilidade de produzir alimentos para o consumo interno e para a exportação.

Um melhor entrosamento entre os produtores e os estabelecimentos bancários para troca de idéias será sempre útil, será sempre proveitoso, — tal como vem ocorrendo em municípios que temos a honra de representar, na 6ª micro-região geo-econômica, de que Cornélio Procopio, é o Município polo, reuniões promovidas pelas Cooperativas, Banco do Brasil e núcleo regional da Secretaria da Agricultura.

Concluindo, Senhores Deputados, colhemos a oportunidade para trazer a nossa solidariedade a todos quantos, produtores ou autoridades, estejam ligados à cafeicultura paranaense e do Brasil, pelos esforços que se fez no sentido de aumentar ainda mais, essa antiga fonte de nossa riqueza nacional, genuína responsável história pelo desenvolvimento de nossa Pátria."

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito. (**Ausente**).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito embora esta Assembléia pareça entrar no tranco característico dos anos eleitorais, ousa ainda, Sr. Presidente, vir aqui, tecer alguns comentários a respeito da situação político-brasileira.

O Paraná, há poucos dias, foi alvo das atenções nacionais, em vista das prisões aqui ocorridas.

Esta Casa é a ressonância dos acontecimentos políticos que envolvem o nosso Estado.

Parece-me pois que se deva, modesta e limitadamente, dentro de nossas condições, porém que estravase o nosso pensamento para ver como membro da Oposição, interpreta e analisa o aniversário de mais um ano do Movimento que se denominou "Revolução democrática e redentora deste Brasil."

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço algumas considerações, porque muda, calada e sem manifestação a população brasileira assistiu mais uma comemoração do dia 31 de março. No Clube da Aeronáutica as Forças Armadas e alguns "civis" escolhidos discricionariamente pelo Poder, participaram do 14º aniversário do movimento armado que destituiu do Poder, um Presidente legitimamente constituído pela Nação. Das comemorações realizadas nos Estados, lamentavelmente delas o Povo não participou, pois para que isso aconteça e as massas populares espontaneamente se manifestem, no mínimo, a que acenar aos brasileiros, uma réstia de esperança no futuro.

Quem tiver o cuidado de analisar os pronunciamentos lidos e proferidos nesta última comemoração revolucionária haverá de constatar, que as mensagens ditadas, ainda se vinculam mais ao passado, que ao presente e futuro.

Ora, historicamente o homem vive na perspectiva de três momentos: passado, presente e futuro. A chamada revolução brasileira se esvaziou porque perdeu a perspectiva histórica. Vinculada a razões de um passado que não mais voltará, esqueceu-se do presente e teima em desconhecer o futuro para o qual fatalmente caminhamos, se não houver uma retomada ao Estado de Direito.

Embora o governo use uma cadeia de rádio e televisão para fazer com que o povo ouça a mensagem revolucionária na comemoração de seu 14º aniversário, o proselitismo presidencial já não tem o condão de motivar a Nação. Falta-lhe, antes de tudo, a esperança de um futuro. O descrédito político do governo, não é devido apenas ao longo tempo de exceção a que vivemos, depois da ruptura do Estado de Direito, mas especialmente a teimosia dos detentores do poder em revolver o passado e dele não conseguirem se afastar.

O Povo Brasileiro, anseia por novos tempos e os que nisso não acreditarem, serão ultrapassados. Se é verdade que o movimento de 1964 afastou-nos do comunismo, forçoso também é reconhecer que fomos levados também ao afastamento da legalidade e da ordem democrática. Livramo-nos de um mal, mas caímos noutro. Caímos num mal, cujas conseqüências têm sido tão dolorosas para a família brasileira que hoje ela se encontra dividida. O governo ao invés de pregar a harmonia entre os brasileiros, é o primeiro, a afirmar de que o "inimigo da pátria está na oposição", de que a "minoridade do Congresso exerce ditadura", enfim, o saldo real do quadro brasileiro é este:

Comemora-se mais um aniversário de uma revolução que diz ter trazido a paz e a tranqüilidade para a família brasileira, com a Nação dividida entre povo e governo. De um lado prestam-se homenagens às vítimas do arbítrio, da tortura e da prepotência governamental, de outro homenageiam-se as vítimas do terrorismo e da subversão.

Onde pois a concórdia, a paz, a tranqüilidade e a harmonia nacional, se ambos os lados apresentam vítimas?

Onde a pacificação brasileira, se milhares de patrícios nossos, sem qualquer procedimento judicial, estão impedidos de retornar ao território nacional?

Onde os propósitos redemocratizantes se dilata-se o período presidencial a fim de que o General Presidente possa enfeixar maior gama de poderes?

Onde a democracia se nem aos membros do partido oficial é dada a possibilidade de disputarem cargos aos governos estaduais, hoje meros gerentes estaduais em face a centralização total do sistema?

A verdade é que nem o Presidente pode nos assegurar para quais caminhos trilhará a Nação, eis que esta está submissa não a instituições, mas única e exclusivamente à vontade de um homem. A revolução acabou com as nossas instituições e pelo que se vislumbra das intenções de seus chefes, não pretendem tão logo, deixar o poder do arbítrio para a criação de instituições democráticas.

Não é de varde pois que o governo se afaste das comemorações revolucionárias. Falar hoje em revolução, na prática significa a manutenção da vontade unilateral de quem estiver na presidência, na governança. Falar em revolução hoje, é endossar o alijamento gradativo do povo, nos destinos nacionais. Neste aspecto a figura insólita do senador biônico, é a gradativa escalada de poder discricionário, começado com as nomeações dos Prefeitos de Capital e municípios de fronteiras.

Falar em revolução hoje, é saber que correm risco de seus direitos políticos e até integridade física, aqueles que altem a voz para denunciar a corrupção incontrolável da máquina administrativa.

Concluo, pois, forçosamente, que hoje a Revolução não é mais popular nem democrática. Ela exauriu-se na falta de objetividade e na instrumentação eficaz de atingir o futuro. Ficou enroscada num passado já vencido e irreversível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aí está a convenção arenista denunciada pelo Líder civil do movimento armado de 64, o senador Magalhães Pinto, subscritor do AI-5, como mais uma farsa do sistema para impedir a participação da sociedade civil, com votos adrede colhidos pela influência governamental e pela escan-

tosa subserviência arenista.

Na verdade é polêmica a peculiar situação do Senador mineiro. Desrespeitado por seu partido, renegado por seus camaradas, visto como mais um "contestador do sistema" o velho Senador, em campanha civilista, não deixa de sensibilizar a todos os setores da Nação pela pregação de suas idéias.

Para mim, em política, o homem vale pela idéia que defende. Os que no curso da história são coerentes em torno e na defesa das mesmas idéias, merecem o maior respeito e a história lhes resguarda o papel dos idealistas, que renunciaram os favores pessoais e os interesses passageiros, para o triunfo da idéia. Todavia, não se pode deixar de reconhecer méritos no homem, que sabe reconhecer o erro, no cidadão e até no estadista que tem a humildade suficiente para penitenciar-se perante toda a Nação como vem fazendo o Sr. Magalhães Pinto.

Não sejam minhas palavras, tidas e havidas, como adesão a sua quixotesca candidatura ao posto de comando do sistema, eis que renego o sistema implantado pela força e não pela livre aceitação nacional, que nestes quatorze anos de arbítrio jamais foi consultada. Todavia, não posso deixar de reconhecer válida para a democracia a pregação do homem da terra das alterosas, hoje um solitário pregador da democracia dentro de um partido que teme fugir da sombra do poder para enfrentar-se com a Nação. Vejo em Magalhães Pinto, muito mais sabedoria e sentimento humano, que naqueles cegados pela soberba em não reconhecerem os erros cometidos e deles penitenciarem-se.

Acredito pois, que ao MDB, alijado pela força, pois foi pela força que se conseguiu o "PACOTE DE ABRIL", a hora não é e não deve ser de desesperança. Os homens com formação democrática sempre estão imbuídos da convicção de não serem os donos da verdade, por isso e com isso, nossa luta deve prosseguir até que vejamos a liberdade restaurada, sem a necessidade de força para a consecução deste objetivo. O MDB, não aceita ser tachado de inimigo, porque o partido não tem tirado nenhum proveito material da Nação, pelo contrário, a sua contribuição é material e moral ao fortalecimento da Nação e até do próprio sistema. Muitos são os que abandonam a luta democrática que nós outros aqui sustentamos, por acreditarem que estamos coonestando com o sistema.

Todavia é inegável que o Partido Emedebista tem sido o anteparo das pancadas oficiais, desferidas sempre que alguma coisa de errado. Culpar a Oposição pelo fracasso do governo é ladainha de todo o dia. Ladainha a que se incorporou até o ilustre General de Quatro Estrelas, último filiado da Arena, que vem afirmando serem difíceis as reformas se uma vitória da Oposição se verificar nas eleições de novembro próximo.

A Oposição é pois nesta terra, não só a inimiga da Pátria, não só a que exerce ditadura dentro do Congresso, não só a que abriga "os comunistas e subversivos", não só o grupo de homens que está impedido de "chegar ao poder", não só os que estão privados dos favores e das facilidades da lei, mas antes e acima de tudo, a Oposição é e deve continuar sendo boazinha, única e exclusivamente para representar a farsa da democracia relativa, tão relativa agora no conceito do "novo ungido do sistema" que a coisa "endurecera se esta amordaçada Oposição se atrever a ganhar as eleições".

Ao governo nada digo, pois me parece até piada pedir alguma coisa ao governo, porque ao ler os jornais, constato o absurdo da notícia, aqui no Paraná, quando na reunião do Diretório Regional da Arena Paranaense, um ilustre colega desta Casa, reivindicava o direito de a Convenção Estadual, poder decidir ao "menos" a escolha do Vice-Governador, confessando assim, que o Partido Oficial, nada decide, mas apenas e tão somente homologa os nomes do colete oficial.

Digo, porém aos homens do MDB e a todas as oposições brasileiras, que o momento é de união, de frente ampla.

governo teima em permanecer, ou seja de ficar vendo o passado dos homens. Olhemos o futuro que é o que nos interessa e o que realmente importa. Se Magalhães Pinto e Ivo Arzua assinaram o AI-5, mas hoje pregam o Estado de Direito, é porque passaram a entender que não poderemos entregar uma Nação que pretende ser potência como vítima de um regime ditatorial. Todos os brasileiros estão convocados para a pacificação, para a anistia que una a família pátria, não cultivemos o ódio e o rancor entre irmãos, mas trilhemos o caminho do atendimento e da reconciliação.

Deixem os poderosos a soberba do lado e entendam que os humildes se contentam com pouco, porém se o pouco aos humildes também é negado, não só eles se enfurecem, mas até a fúria dos deuses".

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. (**Ausente**) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. (**Ausente**)

Consulto a Liderança do MDB, se deseja ocupar os quinze minutos que lhe são reservados.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O meu Partido no Paraná recebeu, como também a nossa bancada nesta Casa, e quero crer, também, tenha recebido o Partido Governista e a sua bancada majoritária nesta Casa, expediente encaminhado pelos universitários de Londrina, dando conta do trabalho e da luta que realizam naquela cidade e naquela região; informando da opressão, da coação e até mesmo da violência que tem cerceado e que tem limitado os seus trabalhos estudantis, na Universidade Estadual de Londrina.

Era um grito da juventude e dos estudantes, a reclamar dos homens que têm responsabilidade na condução das coisas neste Estado, uma ponderação e uma manifestação sobre o que lá vem ocorrendo.

Por esta tribuna, Sr. Presidente, os ilustrados Deputados do MDB com domicílio em Londrina, já puderam por várias vezes tratar de outras questões relativas ao mesmo fato.

Hoje, a minha bancada, materializa este pedido, de que se expresse por esta Casa, uma manifestação.

E o faz através de um expediente que passo a trazer à consideração dos Srs. Deputados: (**Lê**)  
"Senhor Presidente.

O obscurantismo, em que se vê mergulhada a Nação, entre tantos males que tem causado ao País, acarreta, dentre eles um dos mais graves, sérios e talvez irreparáveis: o comprometimento do próprio futuro da Pátria, pois, à tentativa de se cercear, limitar, inibir, amordçar, enfim, condicionar a sua juventude a parâmetros de "modelos" estranhos e incompatíveis com as nossas tradições e os nossos anseios, corresponde a perspectiva de se massificar e estandardizar as gerações que, muito em breve, se não já, queiram ou não, e até mesmo pela inexorabilidade do tempo, haverão de sustentar a nossa continuidade como povo. Delas dependerão a soberania, a segurança, o progresso, o desenvolvimento de nossa terra e de nossa gente.

Quando tais experiências incidem sobre a vanguarda da juventude, que são os estudantes, a questão se torna ainda mais alarmante, pois, no caso, o que se pretende alienar, emascular, desvirilizar e submeter é a própria elaboração da inteligência nacional na sua fase mais aguda de gestação, trazendo decorrentemente, gravosos danos à cultura, à ciência, à arte, aos ofícios, e, portanto, ao porvir.

A Universidade Brasileira foi tangida de sua caminhada em direção aos seus objetivos maiores, mais válidos e mais reais, tendo se buscado transformá-la, genericamente, em mais um instrumento de submissão.

O Paraná que ostenta ao oficialismo, pomposamente, o fato de possuir o Ministério da Educação e da Cultura em mãos de um seu filho, vive, e talvez por isso mesmo, uma das fases de maior constrangimento de que se tem notícia na histó-

ria de sua formação educacional.

A Questão é geral na terra paranaense, todavia, ante o grito de liberdade, a luta de resistência, que ecoa da voz e se assiste aos posicionamentos dos universitários de Londrina, é para aquele rincão do Paraná que se pretende dirigir agora a nossa palavra de solidariedade, de compreensão, de estímulo.

É do conhecimento íntimo desta Casa que a Universidade Estadual de Londrina, através de sua Reitoria e órgãos de assessoramento, há já algum tempo que vem obstaculando o trabalho e a produção daquele órgão estudantil que se esforça para manter-se livre e independente, distanciado das peias envolventes do técnico-burocracismo que domina aquela Universidade.

E, talvez, por ser independente e livre, sofre e vem sofrendo as mais sérias restrições, impedimentos, limitações e outras formas coercitivas. O que pretendem os universitários do Diretório Central dos Estudantes de Londrina?

São eles a responder: "... a luta cotidiana e intransigentemente democrática de todos os estudantes, reunidos em torno de suas entidades, por mais verbas para a educação, pelo ensino público e gratuito para todos, por um ensino voltado para as necessidades do nosso povo, pelas liberdades democráticas ...", ou ainda como sintetizam: "... a luta ao lado dos estudantes e de amplos setores de nossa população, pela justiça, pela liberdade, pela democracia."

Narram os estudantes londrinenses que as dificuldades impostas pela Reitoria da Universidade Estadual vem se aprofundando, "tornando-se particularmente graves no ano passado. Em 1.977, tivemos uma edição de nosso jornal "Poeira" apreendida pela Reitoria. Passamos a ser vigiados em pleno câmpus por um batalhão para-militar que realizava treinamentos de controle de distúrbios civis nos pátios e estacionamentos do campus; três elementos desse batalhão chegaram a invadir uma sala de aula e ameaçar fisicamente uma turma de calouros de Engenharia. Também foi criada uma espécie de polícia secreta interna, chamada AESI. Sedes de diversos Diretórios Setoriais, localizados no campus, foram invadidas; nossos cartazes foram sistematicamente arrancados e nossos murais violados, sempre durante a noite. Um debate sobre Direitos Humanos e Constituinte com a presença do Dr. Aliomar Baleiro, Dr. Dalmo de Abreu Dallari e do jornalista Sérgio Buarque Gusmão, marcado para junho, foi proibido por forte aparato policial que cercou o DCE e manteve presos, por mais de seis horas, cerca de trinta estudantes que se encontravam na sede".

Eleições foram adiadas; o regimento modificado para transformar a entidade estudantil em simples órgão assistencial? Impediu-se o recebimento de doações comunitárias? O Estatuto Universitário foi alterado, alijando da militância estudantil mais de 50% (cinquenta por cento) dos estudantes; implantou-se a cassação dos mandatos em órgãos universitários.

Recrudescer agora o problema. Armados tão só do espírito democrático e do entusiasmo inerente aos jovens na sua luta por um porvir melhor e mais perfeito, voltam os universitários a serem pressionados e limitados.

A juventude e o seu segmento estudantil não devem, não podem e não merecem o desamparo da omissão ou da fuga, mormente da parte dos que tem, por dever e responsabilidade, serem-lhes os exemplos, razão porque, este Poder Legislativo deve e precisa manifestar-se, oferecendo sua compreensão, seu entendimento e seu respeito pelo trabalho que esta considerável parcela de jovens realiza em favor do Paraná e do Brasil.

Sendo assim, os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem ouvida a Casa:

1— Expressa manifestação de solidariedade ao trabalho, à luta e às posições dos universitários de Londrina, a ser endereçada ao seu Diretório Central dos Estudantes:

2 — Manifestação de desagrado com as atitudes adotadas pela Reitoria e demais órgãos dirigentes da Universidade Estadual de Londrina;

3 — Envio do presente expediente, por seu inteiro teor;

a) Aos dirigentes do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina, concitando-os a manterem-se, pelo Paraná e pelo Brasil, no comportamento democrático, livre, ordeiro e pacífico, com que tem desenvolvido as suas atividades;

b) Ao Sr. Reitor e demais dirigentes da Universidade Estadual de Londrina, ponderando-lhes, diante da própria essência universitária, estabelecerem uma política de convivência leal e livre com o corpo docente das escolas e, em particular, de respeito às legítimas atividades dos órgãos estudantis e de seus dirigentes.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1.978.

(aa) Enéas Faria, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Muggiati Filho e Lúcio Machado."

Creio, Sr. Presidente, que a Casa deva se manifestar.

Justo não é, nem poderia ser, que tão grande contingente de jovens estudantes que se preparam para dirigir os destinos deste Estado e desta Nação, passem, depois da solicitação que fazem, sem que haja pronunciamento, tenha ele o objetivo que tiver, atinja ele o objetivo que atingir, sempre estará esta Casa a atender o dever e a responsabilidade que tem na comunidade paranaense.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Consulto a Liderança da ARENA se deseja usar os quinze minutos regimentais que lhe são reservados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 12/78, que fixa a partir de 1º de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os dos integrantes da P.M.E. e dá outras providências. — **Aprovado.**

**Redação Final do Projeto de Lei nº 12/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão, e das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, do Quadro Próprio do Magistério e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam majorados, a partir de 1º de janeiro de 1.978, em 38% (trinta e oito por cento), ressalvado o disposto no artigo 2º.

Art. 2º — Os vencimentos dos Secretários de Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral e dos Procuradores do mesmo Tribunal, ficam fixados, a partir de 1º de março de 1.978, conforme tabelas dos anexos I e II.

Art. 3º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis nºs 6.569, de 25 de junho de 1.974, 6.593, de 15 de agosto de 1.974, 6.641, de 04 de dezembro de 1.974 e 6.787, de 31 de maio de 1.976, fica majorada em 38% (trinta e oito por cento), a partir de 1º de janeiro de 1978, desprezando-se as frações de cruzeiro.



Art. 4º — O valor do salário família atribuído ao funcionalismo estadual fica, a partir de 1º de janeiro de 1978, fixado em Cr\$ 73,00 (setenta e três cruzeiros).

Art. 5º — As vantagens instituídas pela Lei nº 6.212, de 09 de agosto de 1971, bem como a média destas mesmas vantagens incorporadas nos proventos de inativos fica, a partir de 1º de janeiro de 1978, com seus valores acrescidos de 38% (trinta e oito por cento).

Art. 6º — O valor previsto no artigo 7º, da Lei nº 6.863, de 04 de abril de 1977, fica fixado em Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), a partir de 1º de janeiro de 1978.

Art. 7º — Os cargos em comissão do Estado adiante discriminados, a partir de 1º de janeiro de 1978, passam a pertencer à simbologia numérica geral com a denominação D.A.S. — Direção e Assessoramento. I. Superior e vencimentos fixados no Anexo II, na forma dos artigos 1º e 2º desta Lei.

DAS-1 - Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado e Chefes da Casa Civil e Militar.

DAS-2 - Sub-Chefe da Casa Civil, Diretores Gerais de Secretarias de Estado, Diretor da Polícia Civil, Diretor do DETRAN, Diretor Geral do DER, Diretor do D.I.O.E., Diretor do DEAM, Diretor do IAM, Diretor do I.B.P.T. e Superintendente do I.P.E.

DAS-3 - Diretores Auxiliares do DER

DAS-4 - Diretor Adjunto do D.I.O.E. e Diretores do I.P.E.

DAS-5 - Chefes de Gabinete de Secretários de Estado, Chefes de Assessoria para Controle de Resultados, Cargos de nível de atuação programática constantes do Anexo III, Diretor do DETO, Diretor do DAMI, Diretor do DEE e Assessores Técnicos Legislativo, Jurídico e Administrativo da Sub-Chefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil.

Parágrafo único — A simbologia prevista neste artigo não se aplica às aposentadorias anteriores a 1º de janeiro de 1978.

Art. 8º — As disposições desta Lei aplicam-se no que couber ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 9º — Mediante decreto, o Chefe do Poder Executivo, baixará as tabelas de vencimentos decorrentes da presente Lei, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 10 — Para todos os efeitos, aos Magistrados será computado até o máximo de 5 (cinco) anos, o tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral do Estado do Paraná, excluído o período de 2 (dois) anos, obrigatório, fixado em Lei.

Art. 11 — Contar-se-á, para todos os efeitos legais, aos membros do Ministério Público, de carreira, o tempo de até 10 (dez) anos de exercício profissional, comprovado pela inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, vedada a contagem cumulativa com qualquer outro cargo público.

Art. 12 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/77, de autoria do Deputado ENÉAS FARIA, que autoriza o Poder Executivo implantar, a partir de 1978, Ensino de 1º grau até 8ª Série, na localidade de Jardim Rio Verde, Município de Colombo, e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F., por unanimidade e FAVORÁVEL da C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 152/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel localizado em Paranavaí, conforme especifica, à Associação Comercial e Industrial de Paranavaí. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 157/77, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a "Assistência Social Santa Bertilla Boscardin", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 157/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA BERTILLA BOSCARDIN", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social, junto à comunidade do Bairro do Tarumã, nesta Capital.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual para que o Poder Público a reconheça como de utilidade pública.

Com isso é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 157/77

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Assistência Social Santa Bertilla Boscardin, com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, a justificativa e a documentação que o acompanham, temos que a entidade preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 159/77, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a "Associação de Preservação da Flora e da Fauna", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 159/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FLORA E DA FAUNA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços à comunidade de nossa capital, dentro das finalidades estatutárias, que vem a ser o de preservar a Flora e a Fauna.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais, para que o Poder Público possa considerá-la de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano de

lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 159/77

### PARECER:

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, o presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública a Associação de Preservação da Flora e da Fauna, com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, a justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, e tendo-se em vista a oportunidade e a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 159/77, opinamos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 160/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "Fundação Sanepar", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

### PROJETO DE LEI Nº 160/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1º — É declarado de utilidade pública a FUNDAÇÃO SANEPAR, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### JUSTIFICATIVA:

A Fundação SANEPAR, conforme incluso relatório das atividades desenvolvidas e dos benefícios prestados no período janeiro-outubro 77 (que se integra a esta justificativa) vem prestando relevantes serviços à coletividade.

A aprovação deste plano de lei pelos eminentes Deputados e a sanção governamental se constituirá em reconhecimento ao exemplar e louvável desempenho.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 160/77

### PARECER:

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei nº 160/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Fundação SANEPAR, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do presente processo, bem como através da justificativa apresentada pelo seu autor, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade, vem prestando inestimáveis serviços dentro das finalidades estatutárias a que está ligada.

Não encontrando óbices constitucionais que possam impedir a sua tramitação normal por esta Casa, opinamos favoravelmente à matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, indicando os nomes dos Srs. Deputados Muggiati Filho, Nilso Sguarezi e Maurício Fruet, na condição de titulares, e, Waldenício Barbalho e Jayme Rodrigues Carvalho, como suplentes, para inte-

grarem a Comissão Especial que elaborará parecer à Lei Complementar "Estatuto da Procuradoria Geral do Estado". — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da "Nota de Repúdio", assinada pelos Diretórios Centrais dos Estudantes da PUC e UFF, publicada no jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento) Solicito que seja procedida verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência convida os Srs. Deputados que tomem os respectivos assentos. Será procedida a verificação de votação.

8 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 157/77, 159/77 e 160/77.

### ATAS DAS COMISSÕES:

Levanta-se a Sessão.

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala das Comissões, às 16,00 horas, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Augusto Carneiro. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Werner Wanderer, apresentou redação final aos seguintes processos: **Projeto de Lei nº 74/76** — de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná à Sua Excelência Reverendíssima Dom Romeu Alberti, Bispo Diocesano de Apucarana. **Projeto de Lei nº 94/77** - de autoria dos Deputados Enéas Faria e Valter Pietrângelo, que cria uma Escola Técnica Agrícola no Município de Fênix, autorizando o Poder Executivo a proceder sua instalação e funcionamento em 1978. **Projeto de Lei nº 115/77** - de autoria do Deputado Erondy Silvério, que acresce um parágrafo com redação que especifica ao art. 138, da Lei nº 6174, de 16/11/70. **Projeto de Lei nº 128/77** — de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo alienar por doação ao Município de Teixeira Soares, terreno localizado no Quadro Urbano do Distrito de Angaí, com a área, limites e divisas e demais características, constantes do Registro de Imóveis da Comarca de Teixeira Soares. **Projeto de Lei nº 133/77** - de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que dá nova redação ao artigo 70 e seu parágrafo único da Lei nº 6174, de 16/11/70. **Projeto de Lei nº 143/77** - de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. **Projeto de Lei nº 154/77** - de autoria do Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Mamborê. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário